

Interesses Públicos e Privados na Articulação de Estratégias de Formação Profissional e Capacitação Social

Antonia de Lourdes Colbari¹

Resumo: No estado do Espírito Santo, os ciclos de crescimento econômico alavancados pelo setor industrial têm produzido desdobramentos na configuração do mercado de trabalho regional, o que estimula parcerias entre os setores público e privado com vistas a acelerar a implantação de programas de formação/qualificação profissional e de capacitação social. A pesquisa bibliográfica e documental forneceu indicações relevantes para se entender como tais programas integram um processo mais amplo que busca a criação de uma relação sinérgica entre o crescimento econômico, ancorado nas grandes empresas, e as estratégias de desenvolvimento social, incluindo-se as políticas públicas destinadas ao enfrentamento do desemprego e da exclusão social. A matriz de idéias e valores presente nas construções discursivas configura uma estratégia político-argumentativa destinada a viabilizar um padrão regulatório e um projeto político de organização e de intervenção modernizadora na sociedade.

Introdução

Nas duas últimas décadas, mudanças significativas marcaram o universo da produção, os padrões de relação entre estado e sociedade e o conjunto de regras, valores e crenças que cimentam a ordenação social. Fatores de natureza diversa, entre eles o papel de agências multilaterais, a crise da “crítica do capitalismo”, a predominância do tema da inclusão social em detrimento dos conflitos de classe, os abalos na organização sindical e o declínio das ideologias socialistas, geraram novas construções discursivas que modelam a agenda política, na qual se destaca o desenvolvimento local associado às ações educativas, incluindo-se nelas a educação profissional. Não cabe aqui o resgate da farta literatura sobre os impactos das recentes mudanças técnicas e organizacionais no universo do trabalho, mas são notórios os desafios

¹ Atualmente é professora associada, nível 2, da Universidade Federal do Espírito Santo e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2. Atua na área de Sociologia, com ênfase em *Sociologia do Trabalho* e das *Organizações*, desenvolvendo pesquisas principalmente nos seguintes temas: *trabalho nas organizações contemporâneas; educação e*

impostos aos programas de formação profissional, tema obrigatório nas agendas dos governos, nos debates acadêmicos e na opinião pública em geral.

Dados anteriores à crise econômica de 2008, recentemente divulgados, consolidam um conjunto de informações que atestam a conjuntura econômica favorável vivenciada pelo estado do Espírito Santo, cuja média de crescimento industrial está acima daquela apurada na Região Sudeste. Dados do IBGE indicam que, em 2006, o estado obteve a terceira maior taxa de crescimento (7,6%) e apresentou a terceira maior alta na produção industrial nacional entre os onze estados que registraram crescimento.

A imprensa, os periódicos corporativos e os estudos do governo estadual destacavam, com certa euforia, o recente ciclo de desenvolvimento local. Favorecido pelo desempenho da economia mundial, que impactava positivamente os setores de mineração, siderurgia, celulose e petróleo, o estado do Espírito Santo registrou expansão das grandes empresas do setor industrial: Vale, Arcelor Mittal Tubarão, Samarco, Aracruz Celulose e Petrobrás. Esta expansão industrial e seus impactos nas obras de infra-estrutura e de logística antecipavam possíveis desdobramentos na configuração do mercado de trabalho local, tornando imperativa a ampliação da oferta de mão-de-obra qualificada, por meio de expressivos investimentos educacionais, públicos e privados.

No que se refere ao quadro educacional, o Espírito Santo acompanha o restante do país: baixa escolaridade média da população na faixa etária entre 25 a 34 anos e sistema escolar de qualidade precária, comprovada pelo baixo desempenho no aprendizado da língua portuguesa e matemática, bem como nas elevadas taxas de abandono e de repetência. Cabe lembrar que, segundo o *ranking* de índice de competitividade estadual, produzido pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, o Estado ocupava a décima terceira posição em qualificação da força de trabalho; a décima quinta em

qualificação profissional; empreendedorismo e cultura do trabalho.

produção de conhecimento; a décima segunda em inovação; e a quinta em infra-estrutura. (*A Gazeta*, 13/08/2006, Caderno Empregos, p.1) Sem dúvida, trata-se de indicadores de vulnerabilidades que podem dificultar à sociedade capixaba desfrutar dos impactos positivos dos ciclos de crescimento econômico.

Uma das tentativas para enfrentar esses desafios é a mobilização de segmentos da sociedade local em torno das ações de formação e de qualificação profissional, fato que se expressa na articulação que envolve vários atores, principalmente o governo estadual, as grandes empresas do setor industrial, a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e a organização não-governamental *Espírito Santo em Ação*.² Esta ONG tornou-se um importante elo entre o estado e o mercado, pois, apesar de sua marca empresarial, agrega quadros intelectuais que lhe propiciam atuar transversalmente nas esferas públicas e privadas, credenciando-se como uma agência de produção de conhecimentos e de um discurso incorporado por ambos os setores.

O discurso em defesa da qualificação unifica interesses e ameniza ou ofusca as possíveis clivagens políticas e ideológicas entre elites empresariais e elites políticas. O mote dessas propostas é garantir que as vagas geradas pela expansão empresarial sejam preenchidas por pessoas residentes no estado e, ainda, fomentar a criação de oportunidades de ocupação e de renda. Objetiva-se elevar o patamar de escolaridade da população, sintonizar a formação profissional com as demandas provenientes do mercado e capacitar os indivíduos para outras possibilidades de inserção produtiva fora do assalariamento, nos setores formais e informais, em empreendimentos individuais ou coletivos.

Neste contexto de expansão econômica, em que se verifica a articulação de

² A ONG *Espírito Santo em Ação* tem como missão “mobilizar a classe empresarial [...] a contribuir na formação de uma sociedade melhor e mais justa”. Pretende ser uma “referência do pensamento empresarial capixaba” e uma “instância de representação qualificada do

vários segmentos sociais em torno da formação e da qualificação profissional, situam-se os objetivos deste artigo.³ O ponto de partida é a análise de projetos que sinalizam o percurso da capacitação para o trabalho em seus dois vetores: a profissionalidade (ênfase nas profissões, nas habilidades demandadas, nos saberes técnicos) e a empresalidade (foco no auto-emprego e no negócio próprio). Trata-se de dimensões que não estão dissociadas, haja vista a transversalidade do ensino do empreendedorismo, presente no nível de ensino médio, pós-médio e superior. O eixo analítico deste estudo recai nos interesses, nas motivações e no quadro cognitivo-valorativo que articulam instituições privadas e públicas e induzem segmentos do empresariado a se aliarem ao governo estadual nos esforços de mobilizar recursos institucionais para a formulação de políticas públicas.

À luz de Dumont (1992), pretende-se contribuir para decifrar a configuração de idéias (aspectos cognitivos) e valores (aspectos normativos) que inserem a coalizão de interesses (materiais e ideais) em um repertório de representações legítimas e de esquemas de pensamento, ambos embutidos nas construções discursivas que molduram os programas de formação para o trabalho e a mobilização social em torno deles. Nesta trilha, outras referências compõem o quadro analítico do estudo. Entre eles, Bourdieu (2000) que identifica, nas instituições, as estruturas objetivas, como o aparato produtivo-administrativo das empresas e o aparato estatal, e as estruturas cognitivas, a base para sedimentar o processo de legitimação de certas práticas de intervenção social. Interpelam-se os universos da economia e da política como construções históricas legitimadas por conjunto de valores sociais; constituem modelos de ordem legítima, portanto, sustentados por um princípio superior comum, que transcende as “paixões volitivas” e o interesse egoísta, em busca da afirmação da autoridade e do reconhecimento no espaço público (Boltanski & Thévenot, 1991). Amplia-se, desta forma, a concepção de interesses para nela incluir também as gratificações simbólicas perseguidas pelos atores em suas práticas.

empresariado”. (www.es.acao.org.br)

³ Este trabalho sintetiza dados do projeto de pesquisa desenvolvido com apoio do CNPq, incluindo uma bolsa de iniciação científica concedida a Jamila Coco Rainha.

Na perspectiva de compreender o anseio por legitimidade, é heurísticamente relevante a contribuição teórica das análises que exploram a vertente do “enraizamento”, a imersão/inserção social e cognitiva dos mercados, encarados como relações sociais reais e vivas – um campo de práticas, comportamentos e instituições econômicas, não redutíveis ao “cálculo estritamente utilitarista” de indivíduos racionais, mais ou menos atomizados (Bourdieu, 2000; Granovetter 2007; Abramovay, 2004; Swedberg, 2004).

Ainda na trilha da “imersão” social, a lógica dos interesses privados, apesar do foco nas alianças estratégicas, não exclui a cooperação voluntária e a preocupação com o bem comum. A própria concepção de mercado transcenderia os limites dos interesses estritamente egoístas, pois a exclusão do mercado pode desencadear outras formas de privação, inclusive a pobreza, impossibilitando aos segmentos dele marginalizados a realização de suas capacidades e o exercício da liberdade (Sen, 2000).

A pesquisa de campo, neste momento, esteve centrada em fontes documentais produzidas pelas secretarias estaduais da Educação, do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, e do Planejamento e Economia; Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e SEBRAE-ES. Priorizaram-se o levantamento de informações em documentos oficiais e a seleção de dados referentes à formulação e à implantação de projetos de qualificação e de capacitação social.

1. A atuação do governo estadual e dos empresários na formação para o trabalho.

Não se propõe aqui uma investigação mais ampla sobre a atuação do governo estadual e dos empresários na área de educação profissional, o que incluiria um mapeamento extensivo de ações e programas, em suas várias modalidades e heterogeneidade, mas sim focalizar aspectos mais expressivos quanto à visibilidade do alinhamento de interesses e da convergência

discursiva entre os setores público e privado, no assunto em questão.

No âmbito do governo estadual, as fontes utilizadas foram os documentos da Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e da Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) e o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 – um extenso diagnóstico que fundamenta o plano estratégico do governo e que foi realizado pela Secretaria Estadual de Economia e Planejamento em parceria com a organização não-governamental *Espírito Santo em Ação* e a Petrobrás. O suporte empírico do referido estudo foi produzido por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa que incluiu documentos, informações estatísticas, depoimentos de diversos atores da sociedade capixaba, organização de seminários temáticos, consultas via internet e audiências públicas (www.espiritosanto2025.com.br).

O diagnóstico contido no Plano aponta perspectivas econômicas alvissareiras, porém, os chamados “gargalos estruturais” e outras vulnerabilidades ameaçam a sustentabilidade do desenvolvimento do estado, tais como a dependência econômica das *commodities* e do desempenho das grandes empresas, numericamente pouco expressivas; a restrita competitividade das pequenas e médias e empresas; as deficiências na formação de recursos humanos e a fragilidade da produção de ciência e tecnologia; o grave problema da segurança pública; a baixa eficiência de algumas instituições públicas estaduais; e a concentração espacial da renda e da população em torno dos grandes centros urbanos (Plano, 2006:37). O caráter excludente do desenvolvimento econômico promoveu a distribuição desigual de seus benefícios e produziu “excelentes indicadores econômicos ao lado de baixos indicadores de escolaridade, longevidade e acentuada desigualdade social, resultando em crescentes índices de violência”. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma importante referência que expressa o grande descompasso entre o bom desempenho econômico e a precária situação social, pois, próximo da média nacional, o Espírito Santo ocupava, em 2006, a 11ª colocação no ranking nacional de desenvolvimento humano, tendo

apresentado o terceiro maior crescimento econômico dentre todos os estados da federação nos últimos vinte anos. E, ainda, com outro agravante: o componente “renda” teve maior impacto no cálculo do IDH em comparação aos componentes “educação” e “longevidade”⁴ (Idem, p.52).

Este quadro alimenta a crença na necessidade de conciliação das políticas econômicas com as políticas sociais por meio de “projetos educacionais estruturadores” (Idem, p.243), pois a educação aparece como um dos pontos nevrálgicos na promoção de um processo de desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Neste terreno se destacam algumas prioridades: a elevação da qualidade do ensino e a ampliação da escolaridade da população, por meio da universalização do ensino médio (a meta é elevar em 30% o número de alunos neste nível de ensino) e do acesso ao ensino técnico e profissionalizante; o investimento na capacitação dos professores; e o “fomento à pesquisa, especialmente aquela voltada para as necessidades da cadeia produtiva, o estímulo à inovação e o desenvolvimento do empreendedorismo” (Idem, p.67).

No campo da educação profissional, cabe lembrar que, desde 2005, o governo estadual assegura a integração entre ensino médio e ensino técnico, possibilitando ao aluno cursar simultaneamente disciplinas das duas modalidades. Um importante vetor da ação governamental é a criação dos Centros Estaduais de Educação Técnica (CEET), unidades escolares montadas para atender as especificidades de cursos técnicos com estruturas complexas de laboratórios e equipamentos.

O discurso oficial destaca a associação entre a educação profissional e as modalidades de ensino fundamental, o que reitera “os princípios norteadores da cidadania” – “legitimidade, legalidade e credibilidade” – na concepção de

⁴ Segundo a *Revista de Conjuntura*, IJSN, Ano I, nº 51, 2008, o estado do Espírito Santo, em 2005, teria alcançado um alto índice de desenvolvimento humano, apresentando, na Região Sudeste, o segundo maior crescimento do referido indicador em relação a 1991; no período, a posição do estado no ranking nacional passou da nona colocação para a sétima (www.ijsn.ES.gov.BR; acessado em 11/07/2009).

“cursos técnicos de qualidade voltados para a demanda do mercado”, articulando-se as três dimensões: “formação geral, competência técnica e visão empreendedora”. Ainda na trilha destes princípios situa-se a preocupação do governo em fundamentar as iniciativas no campo da educação profissional em pesquisas sobre o “perfil do desenvolvimento econômico dos diferentes municípios” e nos debates realizados com as “comunidades, lideranças políticas, empresariais e educacionais, visando à obtenção de indicativos na definição da área de cada curso técnico a ser implantado nas Escolas Estaduais de Ensino Médio”. (SEDU, s/d) Objetiva-se também a implantação do ensino médio descentralizado, uma forma de suprir as demandas da população residente em áreas rurais ou comunidades isoladas.

Por último, a linha de ação que está em foco neste ensaio: a implantação do *Plano Emergencial de Qualificação Técnica Profissional*, realizado por meio de parceria entre o governo estadual e o setor privado, com o intuito de preparar os jovens para atender a demanda de profissionais de formação técnica, decorrente da recente expansão empresarial. As primeiras modalidades de curso abrangem as áreas de logística (ênfase em transporte e armazenagem), química, eletrônica, metalurgia e mecânica. Caberá ao governo o custo financeiro para capacitar os alunos das escolas públicas que são provenientes de família de baixa renda. Por sua vez, as empresas assumiram o compromisso de oferecer estágios aos alunos e contratá-los, desde que apresentem avaliação positiva, no decorrer dos referidos estágios. O Plano prevê a qualificação técnica de 3.500 profissionais, no período de 2006 a 2009, em cursos de nível médio e pós-médio (*A Gazeta*, 11 de junho de 2006, Caderno de Economia, p.19 e 20).

Veiculado como uma experiência inédita no Brasil, a Secretaria Estadual de Educação lançou um edital de credenciamento de instituições públicas e privadas para a compra de vagas em cursos profissionais, tendo em vista a formação integral de nível médio. Foram priorizados cursos que atendem às

demandas imediatas e sazonais de cada comunidade⁵ (SEDU, s/d).

Deslocando-se para o segmento empresarial, um importante registro foi a divulgação, em 2007, do documento *Educação Para a Nova Indústria* que integra o *Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015*, realizado pela CNI e incorporado pelas Federações e, conseqüentemente, também pelas unidades estaduais do SENAI e do SESI. Não restam dúvidas de que o estudo reflete o peso do crescimento industrial do país na diminuição dos níveis de desemprego, assim como a preocupação com os impactos sobre as competências requeridas para o trabalho e sobre os perfis profissionais, decorrentes da contínua mudança nos processos produtivos desencadeada pela incorporação crescente de tecnologia. A tendência aponta o crescimento da contratação de recursos humanos mais escolarizados: técnicos de nível médio, tecnólogos e outros profissionais de nível superior. Neste cenário, o baixo nível de escolaridade da força de trabalho pode ser um fator inibidor do crescimento econômico brasileiro. Segundo dados da RAIS 2005, do total de 7,8 milhões de trabalhadores na indústria, 61% não têm a educação básica completa, sendo que 2,4 milhões não completaram o ensino fundamental. A proposta do segmento empresarial é a elevação, em cerca de 30%, das vagas ofertadas pelo SESI e SENAI, nos próximos anos. (CNI, 2005a)

Este quadro se reproduz de forma mais contundente no estado do Espírito Santo, cujos recentes ciclos de desenvolvimento têm sido fortemente impulsionados pelo setor industrial. No centro do debate acerca da qualificação profissional está a formação de técnicos e tecnólogos para a indústria, destacando-se a necessidade de universalizar o ensino médio e priorizar a expansão de vagas no ensino superior nas áreas tecnológicas. Na pesquisa, realizada em três grandes empresas, constatou-se a importância dispensada aos saberes e às competências técnicas que, no setor industrial, ainda são o

⁵ Nesta dinâmica de atendimento, foram oferecidas, até o início de maio de 2006, 3.207 vagas em 32 escolas localizadas em 25 municípios do Espírito Santo. A meta era oferecer até dezembro de 2006 aproximadamente nove mil vagas, contemplando todos os municípios do Estado (SEDU, s/d).

coração do processo formativo, constituindo a base a que serão agregadas outras modalidades de competências (Colbari, Davel e Santos, 2001).

Por sua vez, a expansão destas empresas gera, proporcionalmente, mais empregos nas micro, pequenas e médias empresas que integram a cadeia produtiva. O relatório Sebrae (2006:14) destaca a importância deste segmento na “socialização da riqueza e na criação de oportunidades, uma vez que 99% dos negócios formais e cerca de 200 mil micronegócios informais são gerados por microempresas e empresas de pequeno porte. É importante ressaltar que mais de 60% dos empregos de ‘carteira assinada’ também são oriundos deste segmento”.

O espaço dos pequenos “negócios” no cenário econômico e social torna compreensível a defesa do empreendedorismo como matéria curricular nos diferentes níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Evidencia as mudanças na dinâmica econômica que repercutem na socialização para a atividade profissional e que se refletem nas alterações na qualificação, atualmente mais focada em desenvolver conteúdos objetivos e disposições subjetivas, utilizáveis em uma pluralidade de situações — emprego, desemprego e auto-emprego.

Apesar da precariedade das demarcações, é possível identificar, na esfera estadual, uma divisão do trabalho entre as instituições voltadas à formação profissional: o Sistema S, o ensino técnico-profissionalizante da rede estadual e as unidades do IFES tendem a priorizar a formação de pessoal para as empresas, enquanto o Sebrae promove ações e cursos destinados a estimular práticas empreendedoras que promovam o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e de empreendedores dos setores formal e informal. Mais recentemente, verifica-se outra vertente complementar aos programas e cursos do sistema estadual de ensino e do Sistema S, cuja proposta atinge, prioritariamente, os processos socializadores direcionados aos diversos segmentos sociais.

Trata-se da difusão do empreendedorismo realizada pelo IEL-ES e apresentada publicamente como componente da educação profissional e fator de mudança social. Nesta perspectiva, situa-se o programa *ESempreendedor*, lançado em 2005, cujo objetivo é, por meio de ações integradas de estímulo ao desenvolvimento da capacidade de empreender, mobilizar a sociedade capixaba em defesa da melhoria da qualidade de vida da população. O objetivo é elevar o IDH do estado ao nível apurado nos países desenvolvidos. Mais do que uma “ferramenta de crescimento econômico”, o programa integra desenvolvimento e responsabilidade social e apresenta maior densidade nos aspectos sociais e no aumento das perspectivas de democratização do conhecimento e da informação, estes alçados à condição de ferramentas para a melhoria da qualidade de vida.

O *ESempreendedor* tem como um dos seus idealizadores o presidente da FINDES (Federação das Indústrias do Espírito Santo), para quem “o conceito e a prática do empreendedorismo são uma grande alavanca para o desenvolvimento social de um país”, pois “sem empreendedorismo não há desenvolvimento” e “projetos ainda mais abrangentes deveriam ser implantados para acelerar esse processo de disseminação da cultura empreendedora em nosso país” (Izoton, 2005). Parte do pressuposto de que, se existirem empreendedores, um círculo virtuoso se alimentará do aumento do volume de negócios, de renda, de impostos e de investimentos sociais. Este é o coração do programa fundado no “princípio de que quanto maior o número de empreendedores, maiores serão as chances de crescimento do número de empresas. E o aumento do número de empresas trará como resultado mais empregos e, conseqüentemente, renda para o contingente empregado nesses novos negócios. O efeito cascata desse movimento da economia vai gerar maior arrecadação de impostos, oriundos do crescimento do número de empresas formais. E o aumento da arrecadação contribuirá para que o poder público possa investir mais em saúde e educação, gerando conseqüentemente um IDH mais alto” (Izoton, 2005:6).

Um dos aspectos cruciais do programa é a ênfase no investimento em educação em todos os níveis e “uma ampla ação de capacitação de empreendedores, envolvendo o desenvolvimento do ‘emprepreneur’ (fundador de empresas/empresário) e do ‘intrapreneur’ (empregado), deixando aos governos a função de serem os indutores do desenvolvimento” (Idem). Apesar de o Brasil apresentar altas taxas de empreendedorismo, a taxa de mortalidade precoce das empresas criadas é também muito significativa, o que justificaria disseminar a cultura empreendedora e implantar estratégias para garantir a competitividade e, desta forma, a sobrevivência dos empreendimentos.⁶ Neste contexto, ressoam as iniciativas no sentido de preparar e capacitar as pessoas para montar os seus negócios e de melhorar a capacidade gerencial, bem como a de utilização de instrumentos de planejamento e de gestão.

O quadro a seguir descreve os “subprojetos”, melhor caracterizados como “pontos programáticos”, que compõem o *ESempreendedor*, um programa da FINDES, mas cujo Comitê de Governança integra representantes de instituições estatais como o Governo do Estado, a Assembléia Legislativa e o Poder Judiciário⁷ (Idem).

***ESempreendedor*: Subprojetos e Objetivos**

Subprojetos	Objetivos
Proposta de aperfeiçoamento da legislação de educação	Atuar de forma pró-ativa para aperfeiçoar as legislações existentes sobre educação no país; incluir de forma compulsória a disciplina empreendedorismo em cursos superiores, ensino médio, profissionalizante e em estágios; estabelecer de forma compulsória a difusão da cultura empreendedora no ensino infantil e fundamental.
Empreendedorismo nas instituições de ensino infantil e fundamental	Difundir a cultura empreendedora no ensino infantil e fundamental através de uma metodologia específica.

⁶ Dados divulgados pelo SEBRAE em agosto de 2004 indicam que 49,9% das empresas encerram suas atividades com até dois anos de existência, percentual que atinge 56,4% aos três anos e 59,9% aos quatro. A pesquisa realizada pelo IBGE, em 2002, sobre a economia informal, indicava situação muito parecida: no primeiro ano de atividade, 46% das empresas fecham suas portas.

⁷ Outras instituições que participam do referido Comitê de Governança: Sistema Findes/Cindes, federações e sindicatos patronais e de trabalhadores, Sebrae-ES, Sinepe/ES (Sindicato dos Estabelecimentos Privados de Ensino), Associação Junior Achievement, Amunes (prefeituras, CEFETES, UFES e entidades do terceiro setor. (Izoton, 2005).

Empreendedorismo nas instituições de ensino médio e superior	Estimular e desenvolver empreendedores nos ensinos médio, profissionalizante e superior através da introdução de disciplinas específicas nos referidos cursos, objetivando a criação de novos negócios.
Empreendedorismo na sociedade	Difundir a cultura empreendedora através de palestras e ações de sensibilização e mobilização, em locais com grande concentração de público.
Empreendedor máster	Desenvolver o empreendedorismo, com foco em negócios, para trabalhadores na fase de pré-aposentadoria em grandes empresas e instituições públicas e privadas do estado.
Estudo, pesquisa e orientações em empreendedorismo	Capacitar professores e multiplicadores na área de empreendedorismo; estimular o desenvolvimento de métodos, estudos e pesquisas científicas sobre o assunto; orientar jovens e futuros empreendedores utilizando a experiência de empreendedores de sucesso; produzir livros, relatórios e documentos técnicos sobre empreendedorismo.
Marketing empreendedor	Difundir de forma ampla e através de vários meios de comunicação a cultura empreendedora, o Programa e os resultados obtidos.
Prêmio ESEmpreendedor	Reconhecer, através de premiação específica, as experiências empreendedoras de destaque.
Desburocratização e redução tributária	Atuar de forma pró-ativa para aperfeiçoar a legislação que rege a abertura, funcionamento e fechamento de empresas, visando a reduzir as exigências burocráticas e o tempo de tramitação dos processos; atuar de forma organizada e sistêmica em favor da redução da carga tributária das empresas.
Banco de oportunidades de negócios para novos empreendedores	Disponibilizar um banco de oportunidades de novos negócios para empreendedores, contemplando informações sobre estimativa de investimento necessário, mercado, estrutura de custo, receita, estimativa de lucro e taxa de retorno.

Fonte: <http://www.iel-es.org.br/esempreendedor/programa-asp> (acessado em 07/03/2008).

As ações iniciais do *ESEmpreendedor* foram direcionadas ao desenvolvimento de capacidade das empreendedoras, no segmento de professores e gerentes do SESI-ES, SENAI-ES e IEL-ES; atualmente, esta ação se estende aos alunos do SESI-ES e do SENAI-ES. Outro subprojeto implementado foi o *Empreendedorismo na Sociedade*, que pretende, por meio de palestras de sensibilização, mobilizar e envolver instituições para disseminar a cultura empreendedora. Em 2006 foram realizadas 217 palestras com a participação de aproximadamente 17 mil pessoas; em 2007 foram 170 palestras e aproximadamente 13 mil participantes. No subprojeto *Estudos e Pesquisas*

foram publicados dois livros sobre trajetórias de empreendedores capixabas. (Informações do IEL-ES).

2. Governo e empresários: alinhamento de ações e convergência na retórica.

A coalizão de interesses públicos e privados é um dos pontos de destaque do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, que marca como “característica extremamente positiva” a forte “integração e interação entre Estado, indústria e sociedade”, fator que teria facilitado ao atual governo superar as crises política, financeira e moral que abalaram o estado no período de 1999/2002 [“Havia um plano de trabalho pronto para responder, feito pela classe empresarial”, afirma um entrevistado], algo que já havia ocorrido em meados da década de 60, no momento crítico da crise cafeeira. Não obstante, uma diferença substancial é mencionada no discurso governamental: no passado, a presença e a desenvoltura, no cenário estadual, das elites políticas de extração tecnoburocrática dificultavam a ação coletiva dos empresários, enquanto, no momento atual, a consolidação de uma ordenação social e política de índole democrática torna mais frágil o alcance das diretrizes burocráticas. (Plano, 2006).

A visão positiva do governo estadual em relação à atividade econômica e sua capacidade de articulação são destacadas como condição para atrair bons investimentos, fazendo do poder executivo “um catalisador do movimento desenvolvimentista”. Não menos importantes são as “regras claras e únicas em relação à questão tributária, equilíbrio fiscal, estabilidade e integração com os empresários” (Idem, p.34), que têm pautado as ações do governo estadual.

O documento do governo do estado menciona a necessidade de instituições públicas sólidas e eficientes, no sentido de produzir uma ambiência favorável às empresas e de construir “uma nova institucionalidade para a promoção do desenvolvimento social” por meio do “fortalecimento de parcerias com o setor

empresarial, terceiro setor e organizações comunitárias”. Ao poder público cabe “mobilizar recursos e projetos de responsabilidade social”, valendo-se tanto dos “avançados mecanismos de governança ancorados na capacidade gerencial das empresas” quanto dos “instrumentos de fiscalização de conselhos locais ou regionais” (Idem, p.59). Percebe-se a presença de traços de um modelo mais gerencialista de gestão pública em que se aumenta a governança do estado – a capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, direcionando os serviços públicos para o atendimento dos cidadãos (Bresser-Pereira, 1996). Ao poder público, além de suas funções exclusivas, cabe um papel ativo na criação de condições para o desenvolvimento econômico mais homogêneo, explorando as potencialidades das regiões interioranas e fortalecendo os pólos regionais. Ao reduzir as desigualdades econômicas e sociais, a interiorização do desenvolvimento contribuirá para “reter a população rural” e aliviar a pressão demográfica sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória (Idem, p. 71 e 220).

A política é qualificada como instância fundamental para a consolidação do processo de desenvolvimento. Destacam-se o fortalecimento da democracia e o “amadurecimento político” da sociedade, ambos identificados na rotina das eleições, alternância de poder, transições transparentes e respeito aos poderes constituídos. A estabilidade política é vista como decisiva para a estabilidade econômica, a retomada do desenvolvimento de forma sustentável e o investimento em programas mais eficientes de combate à pobreza e à desigualdade social. A viabilidade destes processos depende de “uma gestão pública mais ágil e eficaz, com melhoria dos serviços e maior ética e transparência na gestão dos recursos” (Idem, p.41). Por sua vez, a demanda pela eficiência da gestão traz à tona a crítica ao atraso da administração pública em relação ao patamar de modernização já atingido pela iniciativa privada. São fortes as pressões para a redução da máquina pública, corte de gastos, desburocratização de processos e garantia de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade na execução das políticas públicas e nos serviços prestados à população. A reestruturação produtiva das empresas – sobretudo

as suas novas ferramentas de gestão – alimenta as críticas ao modelo burocrático (lento, oneroso e pouco centrado nos seus fins), fortemente arraigado nas instituições públicas brasileiras, e as pressões para absorção dos modelos gerenciais (lógica dos fins, foco no cliente/contribuinte/cidadão). (Bresser Pereira, 1996).

Na vertente empresarial, em âmbito nacional, é incisiva a defesa de mudança nos marcos institucionais, pois as condições favoráveis ao desenvolvimento dependem também da qualidade das instituições, com regras claras e seguras que estimulem “a auto-regulação ou co-regulação que sustentam o espírito empreendedor dos empresários”. Este processo envolve mudanças na legislação tributária e trabalhista; desburocratização, transparência e eficiência da gestão pública; segurança jurídica e eficiência do judiciário; defesa da concorrência e da propriedade intelectual; segurança pública; e o aperfeiçoamento permanente do sistema político (CNI, 2005).

Em suma: são consensuais as reivindicações de “profissionalização da gestão”, “aprimoramento da máquina administrativa” e elevação da cobertura e da qualidade dos serviços públicos. As cobranças de eficiência e qualidade no desempenho do setor público caminham paralelamente com a redefinição do próprio conceito de serviço de interesse público que se amplia e inclui “ações de entidades públicas não governamentais que assumem, gradativamente, o papel de suprir demandas e necessidades das populações anteriormente atendidas exclusivamente pelo Estado” (Plano, 2006; CNI, 2005).

O aprofundamento da compreensão deste discurso sobre o formato e o papel do estado exigiria uma análise mais cuidadosa de variáveis históricas e macro-sociais, como a crise padrão “estadocêntrico” e desenvolvimentista de modernização capitalista da sociedade brasileira, provocada, segundo avaliação de Diniz (2002), no plano interno, pelo esgotamento do modelo de industrialização baseado na substituição de importações e, no plano externo, pelo advento da chamada terceira revolução industrial, o fim da guerra fria e a

crise do Estado de Bem Estar Social. Este contexto teria favorecido a ascensão das ideologias pró-mercado e fortalecido o movimento pela reforma do estado, vista como condição indispensável para a criação de novas bases de inserção da economia brasileira no sistema internacional. A privatização de empresas produtivas e prestadoras de serviço integrou esta nova configuração das forças econômicas e políticas que se apresentaram como agentes da modernização contra o atraso do país diante das tendências globalizantes da economia mundial.

Entre governo e empresários não resta dúvida quanto à presença da racionalidade estratégica que inspira a aproximação de várias forças políticas no esforço conjunto de mobilizar a sociedade em torno de uma agenda de políticas favoráveis ao desenvolvimento do estado. Não obstante, interessa, aos propósitos deste trabalho, explorar outros significados que envolvem a formulação das políticas públicas.

A análise dos diagnósticos e das propostas veiculadas no Mapa Estratégico e nos documentos do *ESempreendedor* permitiu captar alguns indícios do universo de significação dos empresários, que contribuem para esclarecer a forma como encararam as questões cruciais para o desenvolvimento econômico e para o enfrentamento dos problemas sociais, assim como as percepções em relação às articulações mercado, sociedade e estado.

A racionalidade instrumental, que garante a inserção e o reconhecimento dos empresários e executivos no “mundo social” mercantil e industrial (posses materiais, sucesso econômico, poder e capacidade *ESempreendedoras* etc.), não está dissociada de outros universos de significação, independentes da riqueza e do poder (Boltanski e Thévenot, 1991). Tampouco a posse de capital produtivo e financeiro dispensa a busca pelo capital social – a rede de relações que assegura uma posição de destaque na hierarquia de *status*, a capacidade de influência e o reconhecimento do prestígio social (Bourdieu, 1980; Coleman 1990, Granovetter, 1973 e 2007). Neste ensaio, é notória a forma como as

empresas mobilizam seu capital social ou sua rede de relações e, por meio de suas instituições representativas, como a CNI em âmbito nacional e a Findes em âmbito estadual, para pressionar o estado a definir um marco institucional regulatório favorável à sustentabilidade do desenvolvimento.

A lógica da ação utilitária (a defesa dos interesses econômicos e políticos) e também a busca do reconhecimento externo ao grupo de referência – a afirmação como ator relevante para o conjunto da sociedade e a legitimação da própria atividade econômica – justificam a preocupação das elites empresariais em ocupar espaços na arena pública. Preocupam-se com a defesa dos interesses do mundo dos negócios quando se propõem a potencializar a “capacidade de tornar visível a agenda do setor e defendê-la frente às autoridades públicas, parlamentares, partidos, lideranças, formadores de opinião e da sociedade que, como um todo, interferem, influenciam e decidem sobre as políticas públicas” (CNI, 2005).

Entretanto, os horizontes desse segmento empresarial são mais amplos, razão de uma postura militante e da afirmação de uma “personalidade cívica” que busca legitimar a defesa dos interesses da indústria sob o imperativo da realização do bem comum, um símbolo do “mundo cívico” (Boltanski & Thévenot, 1991). A visão empreendedora, “forjada a partir dos desafios da economia real”, sustenta a “liderança empresarial catalisadora” e faz dos empresários “agentes do desenvolvimento e da mudança”, cuja ação pode ter influências positivas de alcance mais amplo, como no processo de elaboração e de implantação de políticas públicas e na mobilização da sociedade nos esforços de modernização das instituições e da economia brasileira⁸ (CNI, 2005).

Por extensão, a inserção na produção e circulação de bens e serviços e a

⁸ Em grande medida, tais representações reiteram algumas teses da sociologia política como a de Moore (1982) a respeito da importância do *ethos* empreendedor e das formas de representação das elites empresariais para o funcionamento das instituições políticas e para os processos democráticos.

capacidade de influenciar processos decisórios, em âmbito macrossocial, historicamente, garantiram aos empresários uma posição de destaque na definição dos conteúdos da educação, principalmente na modalidade profissional. Algo, portanto, que não é novo na história brasileira, pois desde a década de 1930 os empresários tiveram atuação decisiva na definição do modelo de ensino profissional que, na década de 40, culminaria com a criação do SENAI e do SESI e, posteriormente, das demais instituições integrantes do Sistema S. De inspiração fordista, o SENAI articulava conteúdos técnicos e ideológicos na criação de uma pedagogia industrial do trabalho industrial, direcionada a desenvolver as competências profissionais básicas e a difundir um conjunto de valores, atitudes e crenças que favoreciam a interiorização da ética do trabalho (Colbari, 1995).

Percebe-se a continuidade deste percurso no estudo da CNI, ao se afirmar a importância de um “sistema próprio e compulsório de financiamento de formação profissional”, tendo em vista o período de duração e a complexidade da “formação de recursos humanos de alta qualificação”. O caráter compulsório e a participação ativa dos empresários na sustentação de um sistema de ensino/capacitação profissional são considerados cruciais para viabilizar processos formativos que envolvem várias áreas do conhecimento, “muita assistência pessoal”, “estabilidade, continuidade e planejamento de longo prazo” e foco nas tendências do mercado e das mudanças tecnológicas. A precisão do foco demanda agilidade, flexibilidade e ajustes contínuos nos processos de formação (CNI, 2005).

O tributo a Schultz (1973) é inequívoco, pois a satisfação pessoal decorrente da obtenção de um tipo de educação é socialmente menos relevante do que a educação como modalidade de investimento, cujo propósito é a aquisição de conhecimentos e capacidades, de natureza operacional, técnica e gerencial, decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos incorporados e/ou estimulados pela dinâmica do sistema capitalista. Justifica-se, desta forma, a necessidade de investimentos crescentes em educação, mas de um tipo de

educação direcionada a produzir os recursos humanos úteis ao funcionamento do sistema. No atual momento de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira, a demanda recai prioritariamente na formação de nível técnico e de nível superior nas áreas tecnológicas.

Sob ameaça de exclusão do reino da economia global, o consenso produzido em torno da necessidade de investir em educação e em ciência e tecnologia reproduz o contexto da década de 1960, quando a Escola de Chicago formula a sua Teoria do Capital Humano. O incremento de uma forma de capital (o “capital humano”), antes não considerada, se tornaria um receituário a ser aplicado em outros contextos, tornando o investimento (e não mais o “gasto”) em educação o mote das políticas de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, legitimando os gastos públicos no setor (López-Ruiz, 2004).

Aos propósitos deste artigo, mais do que a propriedade de marco teórico, amplamente conhecido e aceito nas análises de processos econômicos, a teoria do capital humano interessa por contribuir para sedimentar “um conjunto de valores e crenças sobre o humano”, um “*repertório de interpretação*”, que torna aceitável e até desejável que o “humano passa a ser entendido como uma forma de capital e, portanto, o ‘capital humano’ e tudo o que se faça para incrementá-lo é investido de um valor positivo”, “economicamente conveniente” e “moralmente bom” (Idem, p.38). No entanto, no discurso dos empresários e dos representantes do poder público no estado do Espírito Santo, o investimento em educação comporta um sentido econômico, suporte do crescimento da produção de riqueza, mas também um sentido político e ético-moral: o crescimento intelectual, a afirmação de um direito e de identidades legítimas. As vantagens econômicas e morais da elevação da educação e das qualificações profissionais legitimam a configuração de poder econômico e político, bem como das estruturas de governança que emergem da aliança entre governo estadual, empresários e outros setores da sociedade civil.

3. Educação, desenvolvimento e inclusão social: os limites do consenso.

A importância do investimento em educação e na produção de conhecimento – os “pilares críticos” para o aumento da capacidade de inovação e de competitividade das empresas – tem sido destacada nos discursos das elites políticas e empresariais capixabas, sobretudo porque são também consideradas ferramentas de intervenção social, capazes de alterar a qualidade de vida da população.

Observa-se que ambas as modalidades de programas – tanto os de fomento à formação técnica quanto os de ensino e propagação do empreendedorismo – vão além das intenções pragmáticas de assegurar a inserção dos indivíduos nas vagas de emprego geradas pelo crescimento econômico estadual, ou de garantir oportunidades de ocupação em alguma atividade produtiva. Integram uma estratégia de desenvolvimento local e de políticas públicas destinadas ao enfrentamento da exclusão social.

Um exemplo elucidativo desta estratégia é a exaltação do espírito empreendedor como um princípio normativo, internalizado e compartilhado por grande parte da sociedade. Por não estar delimitado pelas fronteiras do trabalho assalariado, tal “espírito” pode ser o eixo para a construção de um referencial ético-cultural para as diferentes modalidades de trabalho ou de ação, dentro e fora do universo produtivo, e em diferentes contextos: nos quadros diretivos ou no setor operacional das empresas, nos arranjos cooperativos e nos programas de intervenção social. Faz parte desta construção o culto da excelência e a disseminação de uma “cultura do negócio”, que impregnam comportamentos, crenças e instituições públicas e privadas. Configuram um complexo sistema de códigos, padrões e significados culturais que regulam a ação individual e a coletiva. Deslocados de sua matriz histórico-cultural de origem liberal, apropriam-se de conteúdos mais próximos das vertentes comunitaristas, como cooperação, solidariedade, reciprocidade e confiança, e são aplicados em contextos alheios ao universo produtivo, como

organizações sociais e instâncias da vida pública (Harvey, 1992; Swedberg, 2000; Kanter, 1995; Deeks, 1993).

Todavia, a acepção mais ampla do empreendedorismo, que o qualifica como movimento social e o dissocia da figura do capitalista e da matriz cultural originária, não significa a negação dos fundamentos da cultura capitalista. Apesar de se nutrir também de elementos da crítica do capitalismo, gradativamente incorporados a uma construção ideológica que valoriza a educação, a participação e o desenvolvimento associado à preservação ambiental e das culturas locais, a retórica do empreendedorismo integra uma estratégia hegemônica de diversos segmentos sociais – empresariado, elites políticas modernizantes e intelectuais que transitam com desenvoltura nos espaços acadêmicos, na mídia, nos órgãos governamentais e no terceiro setor.

No caso específico do estado do Espírito Santo, que vive um momento de aceleração do crescimento econômico, esta estratégia discursiva articula duas vertentes de desenvolvimento, que se confrontaram na década de 1960, momento em que a atividade cafeeira – até então pivô da economia estadual – entrou em decadência. Uma vertente tinha como eixo as grandes empresas, cuja matriz havia sido desenhada na década de 40, com a fundação da Companhia Vale do Rio Doce; e a outra, fermentada no interior da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, firmava-se nas médias e pequenas empresas, o chamado pólo “autóctone”.

A configuração atual do modelo de desenvolvimento integra esses dois pólos. As grandes empresas têm uma trajetória comum, pois surgiram em momentos cruciais da industrialização brasileira em que a intervenção do Estado nas atividades econômicas era parte de um projeto desenvolvimentista, incluindo o incentivo à produção de bens intermediários. Como âncoras do desenvolvimento estadual, por meio da terceirização reforçaram a integração com médias e pequenas empresas locais e, atualmente, formam o núcleo das principais cadeias produtivas instaladas. Independente do grau de simetria

existente nesta relação, não há como negar a vigência de relações orgânicas entre as grandes empresas do setor industrial e a malha de empreendimentos de médio e pequeno porte.

As grandes empresas constituem casos típicos de sedimentação de uma imagem positiva na comunidade interna e na comunidade externa, graças à arquitetura da responsabilidade social que atinge os funcionários, os clientes e os cidadãos, portanto, se sustenta em dois pilares: o público interno (*welfare corporativo*) e o público externo. A prioridade nos investimentos em projetos na área de educação, cultura e de meio ambiente marca as ações dirigidas à comunidade. São iniciativas cuja lógica ultrapassa a dimensão estritamente contratual e sinaliza uma forte investida empresarial com o intuito de marcar sua supremacia no campo simbólico, mediante a representação da empresa como uma comunidade de interesses e de valores. Retomando Boltanski e Thévenot (1991), trata-se do mundo mercantil e industrial buscando a legitimação social e afirmação de uma identidade positiva a partir de outros universos de significação, como o “mundo da opinião” e, por meio dele, se projetando no “mundo cívico”, aqui representado pelas comunidades em que as empresas estão inseridas.

O trânsito e a realização em diversos mundos contribuem para consolidar as representações da empresa como instituição paradigmática do mundo social, que exerce forte influência nos processos socializadores, nas práticas sociais, nas instituições, nas crenças e nas visões de mundo dos indivíduos, muito além das fronteiras do universo da organização (Deeks, 1993; López-Ruiz, 2004). São representações que rejuvenescem o velho ideal fordista: a fábrica como epicentro de novos padrões de sociabilidade e de uma existência mais civilizada, em que os ideais de cidadania convivem com a lógica mercantil (Bendix, 1966; Colbari, 2006). Não se pode desprezar, na explicação desta ascendência moral das empresas, a crise do padrão regulatório centrado no papel mais efetivo do Estado na dinâmica econômica e social.

O alinhamento de instituições públicas e privadas na mobilização em torno da educação, sobretudo da educação profissional, integra um processo mais amplo de legitimação política e de regulação social, voltado à criação de uma relação sinérgica entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social, incluindo o enfrentamento da exclusão social, da crise do emprego e do aumento da criminalidade. Exemplos destas supostas conexões virtuosas entre empresários e governo estadual podem ser identificados na atuação do SEBRAE, um importante porta-voz e parceiro estratégico, pois a extensa capilaridade da instituição facilita a suas ações chegarem a todos os municípios. Desta forma, apresenta-se “como principal agente de desenvolvimento dos micro e pequenos empreendimentos” e veículo de interiorização do desenvolvimento ao fomentar a criação e distribuição de renda em quase todos os municípios do Espírito Santo (SEBRAE, 2006: 14).

Assim, as ações e o discurso no campo da educação, em suas várias modalidades, e a difusão do empreendedorismo estão inseridos em um universo mais amplo das concepções sobre o desenvolvimento, sobre o projeto de sociedade. As estruturas discursivas fundadas nos binômios ensino técnico/formação empreendedora, capital humano/capital social, qualificação profissional/capacitação social contribuem para produzir e legitimar a junção de duas concepções de desenvolvimento: o modelo ancorado em grandes empresas industriais e de serviços e as estratégias de desenvolvimento local sustentável.

Os discursos empresarial e governamental convergem na afirmação de uma concepção de desenvolvimento sustentável na qual se destacam os objetivos e resultados almejados por diferentes segmentos sociais (governo, empresários, trabalhadores, etc.) São eles: crescimento econômico, geração de emprego e renda, elevação da qualidade de vida, diminuição das desigualdades sociais e regionais e expansão dos negócios. No programa *ESempreendedor*, o círculo virtuoso se inicia com a expansão dos negócios que gera crescimento econômico, que gera emprego e renda que, por sua vez, eleva a qualidade de

vida e diminui as desigualdades.

O estudo da CNI (2007) delimita as bases deste desenvolvimento: infraestrutura, disponibilidades de recursos, liderança empresarial, ambiente institucional e regulatório. Entre os recursos se destaca a disponibilidade do capital humano que, por sua vez, depende da educação e da cultura. As ações propostas indicam a necessidade de elevação do patamar de escolaridade e da qualidade do ensino, a ênfase no ensino em consonância com as exigências da sociedade do conhecimento, o fortalecimento da educação profissional e tecnológica, a inclusão digital e a difusão de valores como livre iniciativa, a cultura empreendedora; e, por fim, a garantia de acesso a um sistema de saúde de qualidade (CNI, 2007).

Chamam a atenção, nessa arquitetura, o distanciamento em relação à concepção economicista de desenvolvimento (conseqüência automática do crescimento econômico) e sua substituição por uma concepção mais complexa que envolve interações de fatores sociais, culturais e políticos. Outras esferas, além do sistema de mercado, são cruciais na produção do desenvolvimento econômico e social e na regulação de suas tendências em escala local, nacional ou global. As insuficiências do mercado são apontadas tanto no campo conceitual (sua incapacidade de explicar uma dinâmica que incorpora outras dimensões para além das relações econômico-mercantis) quanto na ótica de suas falhas como agência reguladora, por exemplo, a sua incapacidade de gerar efeitos sociais equilibrados.

Retornando ao cenário do estado do Espírito Santo, as imagens do desenvolvimento que emergem tanto do discurso do governo estadual quanto do *ESempreendedor* são tributárias das mudanças que têm ocorrido na cultura capitalista e que se expressam na renovação da agenda internacional. Na última década do século XX, ameniza-se o viés economicista dos receituários dos organismos multilaterais que enfatizam o crescimento econômico e o PIB como indicadores privilegiados na avaliação do desenvolvimento e se

incorporam a este construto questões como a universalização dos direitos humanos (incluindo direitos políticos, civis, cívicos, econômicos, sociais e culturais, meio ambiente, infância). O resultado é conceito pluridimensional expresso como “desenvolvimento integral”, “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado” (Sachs, 2005:155-156), mas também mais homogêneo entre as regiões (em âmbitos internacional, nacional e estadual), o que exige a descentralização dos investimentos públicos e o aproveitamento das potencialidades regionais. Indicadores e temas como Índice de Desenvolvimento Humano, governança local, descentralização, participação, emergência da sociedade civil e capital social fazem parte de uma construção discursiva que define os horizontes utópicos da sociedade contemporânea (Milani, 2004; Sen, 2000).

Comentários finais

Ainda em caráter exploratório, com insuficiente densidade analítica, este estudo focalizou o alinhamento de interesses entre setores público e privado, principalmente no que diz respeito à educação profissional. Certamente, a parceria não exclui a disputa de espaços e a busca de reconhecimento e legitimação social, até porque as dimensões política e conflitual do mercado transparecem com maior nitidez nas suas relações com o Estado, que exerce significativa influência sobre as relações de poder entre os agentes do campo econômico (Bourdieu, 2005:39-40).

No caso das empresas, observa-se a forte investida nos processos socializadores, impregnando representações, experiências e vivências sociais, por meio de vários veículos: a educação, a produção científica e cultural, os padrões de consumo, etc. O investimento em educação e na formação profissional está associado ao desenvolvimento de competências técnicas e competências empreendedoras, mas também configura uma estratégia político-argumentativa destinada a viabilizar um projeto político de organização e de

intervenção modernizadora na sociedade, que associa racionalidade estratégica, governança, protagonismo local e responsabilidade social empresarial. Por outro lado, a ênfase na participação da sociedade e no desenvolvimento do capital social sinaliza a presença de um novo marco regulatório que inclui formas mais democráticas de controle social, vinculadas às possibilidades de participação efetiva da população em processos decisórios e ao estímulo à convivência e à cultura política cívica.

Por fim, os processos educativos em geral e os de qualificação profissional e capacitação social em particular são componentes de estratégias socializadoras, portanto integradoras e legitimadoras da ordem social, que sinalizam a perenidade da dependência da organização produtiva em relação a um “cosmo” capitalista, um sistema de crença, valores e representações que facilitam a legitimidade das práticas e das relações sociais. Para tanto, é necessário que transcenda a esfera das relações de mercado, que não seja exclusivo de um segmento da sociedade, mas compartilhado pela maioria; que expresse a “cultura capitalista” e modele a configuração social (Weber, 1967; Boltanski & Chiapello, 1999).

Referências

ABRAMOVAY, R. (2004), “Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 16, nº 2: 35-64.

BENDIX, R. (1966), *Trabajo y autoridad en la industria*. Buenos Aires, Amorrortu.

BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Éditions Gallimard.

BOLTANSKI, L. & THÉVENOT, L. (1991), *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris, Éditions Gallimard.

BOURDIEU, P. (1980), “Le capital social – notes provisoires”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, nº 31: 2-3.

_____. (1997), “Le champ économique”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 119: 48-66.

_____. (2000), *Les structures sociales de l'économie*. Paris, Seuil.

_____. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertrand.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (1996), “Da administração pública burocrática à gerencial”. *Revista do Serviço Público*, v. 47, nº 1: 7-29.

CNI. Confederação Nacional da Indústria (2007), *Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil*. CNI, SESI, SENAI. Brasília, CNI.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. (2005), *Mapa estratégico da indústria: 2007-2015*. Brasília, CNI/DIREX, Parte 1.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. (2005a), Mapa estratégico da indústria: 2007- 2015. Brasília, CNI/DIREX, Parte 2.

COLBARI, A. (2006), "Trabalho, auto-emprego e pequenos negócios: reconfigurando as estratégias de capacitação profissional e de desenvolvimento local". 30º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu (MG).

_____. (1995), *Ética do trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo, Letras & Letras/SPDC/UFES.

COLBARI, A.; DAVEL, E. e SANTOS, G. (2001), "O mercado como princípio de autoridade nas organizações contemporâneas: padrões de gestão, formação profissional e identidade em duas empresas capixabas". In: **RAP**, Rio de Janeiro, 35(2).

COLEMAN, J. (1990), *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Harvard University.

DEEKS, J. (1993), *Business and Culture of Enterprise Society*. Wedtpost, Quorum Books, Connection.

DINIZ, E. (2002), "Reformas econômicas, elites empresariais e democracia no Brasil. In: KIRSCHNER, A. M.; GOMES, E. R.; CAPPELLIN, P. (org). **Empresas, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro, Relume Dumará/FAPERJ.

DUBAR, C. (1998), "A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência". In: **Educação e Sociedade**, volume XIX, número 64: 87-103.

DUMONT, L. (1992), *Homo hierarchicus — o sistema de casta e suas implicações*. São Paulo, EDUSP.

GRANOVETTER, M. (1985), "Economic action and social structure: The

problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, 91 (3): 481-510.
_____. (1973), "The strength of weak ties". *American Journal of Sociology*, vol. 78, nº 6: 1360-1380.
_____. (2007), "Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão". *RAE Eletrônica*. Vol. 6, nº 1.

HARVEY, D. (1992), *A condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola.

IZOTON, L. (2005), "O Brasil dos meus sonhos". In: ***O futuro da indústria: Empreendedorismo – Coletânea de artigos***. In: www.sistemafindes.org.br/imagens/download/livro_ofuturodaindustria_lucas.pdf . Acesso em 13/11/2005.

KANTER, E. M. (2000), "When a thousand flowers bloom" In: Swedberg, R. (Ed.) *Entrepreneurship: the social science view*. Oxford, Oxford University Press.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. (2004), *O 'ethos' dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia do IFCH-Unicamp.

MILANI, C. (2004), "Teorias do capital social e desenvolvimento local: Lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)". *Organizações & Sociedade*, vol. 11, Edição Especial, p. 95-113.

MOORE, B. (1982), *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo, Martins Fontes.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESPÍRITO SANTO 2025: Síntese do Plano. (2006), Espírito Santo, Macroplan.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESPÍRITO SANTO 2025: Pesquisa Qualitativa. (2006a), Espírito Santo, Macroplan.

RAUD, C. (2007), "Bourdieu e a nova sociologia econômica". *Tempo Social*. Vol.19, nº.2.

SACHS, I. (2005), "Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento". *Organizações & Sociedade*, v. 12, nº 33: 151-165.

_____. (1988), "O desenvolvimento enquanto apropriação de direitos humanos". *Estudos Avançados*, 12 (33):149-156.

_____. (2004), *Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro, Garamond.

SCHULTZ, T. W. (1961), "Investment in human capital". *American Economic Review*, v. LI, n. 1:1-17.

_____. (1973), *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SEBRAE. (2001), *Referenciais para uma nova práxis educacional*. Série Documentos, Brasília, Edições SEBRAE, 2ª ed.

SEBRAE-ES. (2006), Relatório de atividades. Biênio 2005/2006, Vitória.

SEDU (Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo). (s/d), "Educação e trabalho como aliados do progresso capixaba". In: www.sedu.es.gov.br; Acesso em 10/03/2008.

SEN, A. K. (2000), *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras.

SWEDBERG, R. (2000), "The social science view of entrepreneurship: Introduction and practical applications". In: SWEDBERG, R.(org.) ***Entrepreneurship: the social science view***. New York, The Oxford University

Press.

SWEDBERG, R. (2004), "Sociologia econômica: hoje e amanhã". *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 16, nº 2:7-34.

WEBER, M. (1967), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Pioneira.